



**APROVADA**  
NA 331 a Sessão

ALADI/CR/Ata 286  
29 de maio de 1990  
Hora: 10h35m às 13h30m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.161).
  - 1) Representação da Colômbia. Acordo de Complementação Econômica com o México.
  - 2) Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem.
  - 3) Nona reunião empresarial de fabricantes de artigos e aparelhos para usos hospitalares, médicos, odontológicos, veterinários e afins (ALADI/SE.MVO/IX/Relatório).
  - 4) Sétima reunião empresarial da indústria de óleos essenciais, químico-aromáticos e afins (ALADI/SI.PER/IX/Relatório).
  - 5) Nona reunião empresarial da indústria químico-farmacêutica (ALADI/SI.QF/IX/Relatório).
  - 6) Reuniões emanadas da Quinta Reunião do Conselho de Ministros a serem incorporadas no programa de atividades da Secretaria para 1990 (ALADI/SEC/di 353).
  - 7) Representação da Argentina. Término de funções do Secretário Senhor Fernando Escalona.



- 8) Representação da Venezuela. Contribuição ao orçamento da Associação.
3. Consideração da ata correspondente à 259a. sessão.
4. Formação de grupos informais para estudo de assuntos específicos contidos no documento 338.
5. Aprofundamento da preferência tarifária regional.
6. Convocação de uma reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível para determinar as modalidades operacionais da Rodada de Negociações.
7. Outros assuntos.

-----  
Presidente:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: Maria Esther Bondanza, Arturo Hottón Risler, Gabriel Martínez, Eduardo José Michel e Raúl Guastavino (Argentina), René Mariaca Valdez e William Cronenbold (Bolívia); Rubens Antonio Barbosa, Paulo Roberto de Almeida e Paulo César Camargo (Brasil); Patricia Dávila de Navas (Colômbia); Raimundo Barros Charlin, Manuel Valencía Astorga e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile); Fernando Ribadeneira e Roberto Proaño (Equador); Roberto de Rosenzweig-Díaz, Andrés Falcón Mateos, José Pedro Pereyra Hernández, Jorge Ramírez Guerrero e Adolfo Treviño Ordóñez (México); Herminia Margarita Genes de Aranda e Gustavo López Bello (Paraguai); Pablo Portugal Rodríguez (Peru); José Roberto Muñelo, Luis Bermúdez Alvarez e Ivannah Garelli (Uruguai); Luis La Corte, Santos Sancler Guevara, Antonieta Arcaya Smith e Pedro Elias Revollo Salazar (Venezuela); Abelardo Curbelo Padrón (Cuba).

Secretário-Geral: Jorge Luis Ordóñez.

Subsecretário: Jorge Cañete Arce.

Secretaria: Mario Vacchino, Néstor Ruocco e Francisco Rojas.



PRESIDENTE. Esta aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.161).

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, no documento de referência registram-se as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

1) Representação da Colômbia. Acordo de Complementação Económica com o México.

"Nº 107. A Secretaria-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de informar a Vossa Excelência e, por seu digno intermédio, ao Comitê de Representantes da Associação, que o Governo da Colômbia subscreveu com os Estados Unidos Mexicanos um Acordo de Complementação Económica, cuja cópia envio em anexo.

Em desenvolvimento da letra C, Disposições Transitórias, do mencionado instrumento, e através da presente, registra-se na ALADI o referido Acordo.

Do Senhor Secretário-Geral, muito atentamente. (a) Raúl Orejuela Bueno, Representante Permanente no Comitê da ALADI."

2. Representação do Brasil. Assinaturas autorizadas para emitir certificados de origem.

"Nº 86. Montevideu, em 24 de maio de 1990.

A Representação Permanente do Brasil junto à ALADI cumprimenta atentamente a Secretaria-Geral e envia, em anexo, relação de nomes e respectivas assinaturas de pessoas credenciadas pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo para firmar certificados de origem relativos às exportações destinadas a países-membros da Associação.

De modo a atualizar os registros existentes, a referida Federação indica que não estão mais credenciadas as seguinte pessoas: Helcio Rezende Dias, Lastenio Bongestad e Alencar Garcia de Freitas."

3) Nona reunião empresarial de fabricantes de artigos e aparelhos hospitalares, médicos, odontológicos, veterinários e afins (ALADI/SI.MVO/IX/Relatório).

4) Sétima reunião empresarial da indústria de óleos essenciais químico-aromáticos e afins (ALADI/SI.PER/IX/Relatório).



- 5) Nona reunião empresarial da indústria químico-farmacêutica (ALADI/SI.AF/IX/Relatório).
- 6) Reuniões emanadas da Quinta Reunião do Conselho de Ministros a serem incorporadas no programa de atividades da Secretaria para 1990 (ALADI/SEC/di 353).

SECRETÁRIO-GERAL. De acordo com o estabelecido em sessões passadas a Secretaria preparou o documento ALADI/SEC/di 353 no qual constam as reuniões emanadas da Quinta Reunião do Conselho de Ministros com suas datas correspondentes.

Posteriormente à publicação do documento ALADI/SEC/di 2.161 foram recebidas as seguintes notas:

- 7) Representação da Argentina. Término de funções do Secretário Senhor Fernando Escalona.

"Nº 67/90. Montevideu, em 24 de maio de 1990. A Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração Nesta.

A Representação Permanente da República junto à Associação Latino-Americana de Integração apresenta seus atenciosos cumprimentos à Secretaria-Geral e leva a seu conhecimento que em 4 de junho próximo o Senhor Secretário Fernando Escalona cessará em suas funções nesta Representação por ter sido trasladado ao Ministério das Relações Exteriores e Culto.

A Representação Permanente da República junto à Associação Latino-Americana de Integração renova à Secretaria-Geral as expressões de sua mais distinta consideração."

- 8) Representação da Venezuela. Contribuição ao orçamento da Associação.

"Nº 061. Montevideu, em 29 de maio de 1990. Ao Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para enviar-lhe, anexo à presente, cheque Nº 03866, de 3 de maio de 1990, emitido pelo Banco Central da Venezuela, pela quantia de dólares americanos trezentos cinquenta e dois mil novecentos trinta e quatro com quarenta e quatro (US\$ 352.934,44), como contribuição parcial à quota correspondente ao período 1990.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta e distinta consideração. (a) Luis La Corte, Embaixador."

SECRETÁRIO-GERAL. Agradecemos imensamente esta contribuição.



3. Consideração da ata correspondente a 259a. sessão.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

4. Formação de grupos informais para o estudo de assuntos específicos contidos no documento 338.

PRESIDENTE. Tendo em conta a importância do assunto sugiro que haja uma inversão da pauta para poder tratar imediatamente o ponto 5 "Aprofundamento da preferência tarifária regional".

Se o Comitê não tem oposição invertiriamos.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, sobre o ponto 4 "Formação de grupos informais para o estudo de assuntos específicos contidos no documento 338", fica claro que estes grupos contarão com a substância que preparará a Secretaria-Geral como acordamos na última sessão do Comitê de Representantes para que os grupos tenham esses materiais e tratar, dentro dos calendários tentativos indicados no documento 338.

PRESIDENTE. Se o Comitê, então, não tem observação em contrário invertiriamos a ordem do dia e passaríamos ao ponto 5, depois discutiríamos essa posição do México que creio é o entendimento de todos, mas discutiremos depois.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, simplesmente para advertir à Sala que a partir deste momento dispomos de interpretação simultânea.

PRESIDENTE. Agora não vai haver mais oportunidade para confusão de interpretação.

Passamos, então, a exame do ponto 5 da ordem do dia.

5. Aprofundamento da preferência tarifária regional.

PRESIDENTE. Está em consideração. A Secretaria distribuiu um "anteprojeto para um protocolo modificativo do Acordo Regional no. 4". Não creio que tenha havido modificações a partir do que foi discutido na última sessão. De qualquer maneira está em consideração o documento 336/Rev. 1.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, efetivamente está em meu poder a revisão 1 do documento 337 e se recordará que no artigo oitavo minha Representação foi muito específica e concreta em manifestar que quanto à percentagem para a definição do comércio significativo a percentagem mínima aceitável para meu país é 0,5 por cento. Este critério, Senhor Presidente, não está recolhido nesta revisão, de tal maneira que chamo a atenção sobre esta omissão para que conste a posição do Equador nesse sentido: 0,5 por cento.



Representação do MÉXICO (Roberto de Rosenzweig-Diaz). Senhor Presidente, a Representação do México tem o prazer de distribuir -já está sendo distribuída atualmente- uma proposta que formulamos e que é objeto de negociações, de consultas, às diferentes Chancelarias. Creio que os termos desta proposta merecerão a aprovação de todos os membros da ALADI, de tal maneira que este protocolo seja um acordo regional.

Levando em conta a urgência do tempo e considerando também que os Representantes agora têm conhecimento deste texto, proponho que na quinta-feira em sessão formal do Comitê, seja tratado novamente este assunto para sua aprovação final.

PRESIDENTE. A Representação do México distribuiu o texto a consideração. Creio que antes de tomar qualquer decisão sobre isto, talvez pudéssemos fazer um intervalo para poder ler esse texto da Representação do México.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Minha Representação ia sugerir que, sem prejuízo deste intervalo, considero razoável que, já que é uma nova proposta que se traz por escrito e que os países, suponho, terão que analisar e consultar, seja analisado novamente, como solicita o México, em uma reunião da quinta-feira.

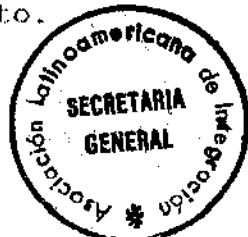
O que sim já solicitaria, sem prejuízo do estudo dessa proposta, seria que continuássemos analisando o conteúdo deste protocolo porque recolhi -não sei se todos estão de acordo com este texto- ou havia algumas Representações que queriam introduzir alguma pequena emenda em algum artigo porque creio que há alguma observação. Isto é, por um lado tratar esta nova proposta do México e sem prejuízo disso analisar o restante do projeto de protocolo, se alguma Representação tivesse alguma outra observação a fazer como é o caso do Equador que solicitou um acréscimo.

PRESIDENTE. A Presidência tinha sugerido fazer um intervalo e a Representação da Argentina propõe a continuação da discussão dos termos do Protocolo.

Submeto à consideração do Comitê as duas propostas.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Minha Representação particularmente apóia a proposta da Argentina. Considero que corresponde que nos demos um tempo prudencial para estudar a proposta do México, a qual recebemos com prazer porque entendemos que está orientada a que todos participemos de algo que é regional e que está relacionada com a integração mesma. Então, apoiamos essa proposta, mas acreditamos que paralelamente podemos ir ganhando tempo com relação aos demais pontos para que, se possível, na quinta-feira, já tenhamos tudo definido no que se refere à PTR.

PRESIDENTE. Então, vamos fazer um intervalo para poder ler o documento, e depois seguiremos com as Representações que desejem fazer algum comentário e as outras que não desejem não o farão e continuaremos a discussão do texto do documento.



Cinco minutos para o intervalo.

- Passamos a intervalo.

-----  
INTERVALO  
-----

PRESIDENTE. Reinicia-se a sessão.

Creio que houve tempo suficiente para que as Representações fizessem um primeiro exame desse documento.

Como foi sugerido pela Representação do México, este documento será considerado pelas Representações e voltará para exame do Comitê na próxima quinta-feira.

Pergunto se alguma Representação tem alguma observação sobre o tema.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Em primeiro lugar, cabe dizer que nossas instruções sobre este assunto permanecem iguais ao que nós comunicamos às demais Representações quando por última vez se discutiu isso. Em outras palavras, estamos aprovando com firmeza a manutenção do artigo primeiro tal como consta no projeto da Secretaria-Geral e os demais pontos ali contidos.

De qualquer maneira, não desejamos deixar de dar uma reação preliminar sobre a proposta mexicana, pela qual a Representação fez um esforço importante e deu um resultado satisfatório para todos os aqui presentes.

Nossa primeira apresentação tem a ver com que isto parece suscitar diversos pontos problemáticos ou que, pelo menos, exigiriam um nível maior de esclarecimento. E nós desejaríamos que a Representação do México apresentasse esses esclarecimentos a medida que surgissem as dúvidas.

Vou dar exemplo e espero que tenhamos oportunidade mais tarde de voltar em mais detalhe aos pontos que aqui surgem.

O terceiro parágrafo do texto, depois de iniciar, coloca em um mesmo nível, dois tipos de acordos, que são correntes na Associação, que nos parece que têm natureza diferente. Nós acreditamos que é um pouco discutível esta associação, ou seja esta colocação ao mesmo nível, ao par, destes dois níveis. Na realidade, são de natureza diferente.

O ponto mais importante deste parágrafo é que deixe de lado a menção, para nós muito importante, como mencionamos a última vez, dos níveis de preferência mais favoráveis de terceiros países.

Nós queríamos deixar claro que no que tem a ver com o Brasil o que se trata de fazer no projeto de acordo não é uma regulamentação do Tratado; é uma explicitação do espírito do Tratado. Ou seja, é uma apresentação objetiva e clara de um princípio de beneficiamento, privilegiamento da região e de



coordenar os artigos 5 e 44 do Tratado de Montevideu. Não é uma novidade jurídica, novidade em termos jurídicos. Nós cremos que da maneira que foi apresentada aqui, a Representação do México apenas repete a cláusula do artigo 44 sem fazer essa pontualização, que para nós é muito importante que, como o apresentou muito bem a Representação da Argentina, a primeira vez introduziu essa primeira fase de soluções.

Nós também temos a impressão de que a proposta parece apontar na direção à volta ao sistema anterior da ALALC, que implica uma multilateralização das preferências dadas fora do sistema. É um ponto que nós desejaríamos voltar eventualmente com um pouco mais de atenção quando tratemos isto em mais detalhe.

Um novo ponto sobre este texto se refere ao item 2, letra C), sobre a questão da política que pede à Secretaria a elaboração de um documento sobre tarifas máximas para a região.

Nós gostaríamos de esclarecer que não temos nada em contra de que se inicie um trabalho neste sentido, de estudo preliminar técnico da Secretaria-Geral para a implementação, para o exame da viabilidade de implementação de tarifas máximas para a região.

Entendemos que é uma iniciativa positiva e que deve ser levada adiante.

O ponto com o qual, digamos, discordamos com a apresentação da Representação do México, é que nós entendemos que é uma iniciativa que deve ser apresentada em forma separada da questão da PTR, por uma razão muito simples: entendemos que ela se coloca em um âmbito temporário muito diferente da PTR. A PTR é um instrumento que já existe concretamente e que pelo que surgiu das várias negociações intensas que tivemos nos últimos tempos, ela pode agora entrar em um ritmo bastante acelerado de aperfeiçoamento e de aprofundamento. cremos, pelo menos, que há uma clara vontade política de todos aqui e uma disponibilidade técnica e comercial de seguir um ritmo bastante acelerado de aprofundamento da PTR.

Entendemos que este estudo sobre tarifas máximas na região está em um âmbito totalmente diferente, um âmbito temporário diferente, é um estudo que apenas estaria começando e cremos que resulta bastante claro que a institucionalização de uma tarifa máxima seria colocada em um âmbito temporário muito próximo. Creio que não deveriam ligar-se as duas iniciativas. Não temos nada em contra, em princípio, da iniciativa de tarifas máximas, como é apresentado.

Em último lugar, para finalizar, vamos transmitir a nossas autoridades esta proposta e vamos esperar instruções. Talvez seja útil adiantar-lhes que não será muito provável ter resposta para quinta-feira, mas vamos fazer os máximos esforços possíveis para tê-la.

Finalmente, cremos que falar sobre uma quantidade de aspectos que devem ser aprofundados, e nos parece que muito dificilmente conseguiríamos ter o processo de negociação





concluído, completado, para uma eventual firma de um acordo em Assunção, como se esteve dizendo que era uma das possibilidades.

Creio que seria importante apresentar isto porque, como minha Representação já o indicou e se mantém nessa posição, não estamos dispostos a negociar este assunto em Assunção.

Nós, eventualmente, por decisão superior estaríamos dispostos a firmar um acordo, mas não a negociar substancialmente este assunto em Assunção.

PRESIDENTE. Não sei se alguma outra Representação deseja referir-se a esse papel.

Se não houver nenhuma outra Representação que deseje fazer comentários a esse papel, atendendo a sugestão argentina, continuaremos examinando o texto do documento 337/Rev. 1.

Em consideração.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, sobre os comentários preliminares feitos pela Representação do Brasil. Nossa Representação prefere tratar a fundo o tema próxima quinta-feira.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Estamos confrontados a uma revisão do documento 337 sobre o qual efetuamos considerações preliminares em sessão anterior.

Queria levantar uma questão, frente às demais Representações, no sentido da estrutura formal do texto desse anteprojeto.

Considerou-se, em sessões anteriores, que este acordo ou que este protocolo modificativo poderia ser firmado por um grupo de países, que não necessariamente os onze países-membros da ALADI.

É assim como eu interpreto nesta revisão 1 os nomes dos países que figuram no texto do documento 337 original, digamos. E se esta interpretação é verdadeira, que os países que assinariam esse protocolo modificativo seriam um grupo menor do conjunto de países-membros de nossa Associação, não caberia manter o mesmo texto que fala de modificação do Acordo de alcance regional já que alguns países não teriam esse poder, questão que levanta a própria Secretaria, e eu desejaria um esclarecimento sobre a mesma.

SECRETARIA (Néstor Ruocco). Senhor Presidente, a ausência de menção dos países no parágrafo deste anteprojeto não responde exatamente à circunstância que apresenta o Senhor Representante do Brasil. Aqui, Senhor Presidente, o que tentou foi obviar a objeção que em princípio tinha formulado a Representação do Paraguai no sentido de eventualmente desconhecer



quais seriam os Ministros das Relações Exteriores ou eventualmente plenipotenciários não ministros das Relações Exteriores que subscreveriam o protocolo, o anteprojeto.

Por conseguinte, por isso deixamos em branco, Senhor Presidente, essa possibilidade, no entendido de que estaríamos dentro de um acordo regional subscrito pelos onze países obviamente, dado que isso configura a essência dos acordos regionais, somente nos caberia para o momento que fosse oportuno, em que se apresente já a subscrição do documento, mencionar quais serão os plenipotenciários em função de uma plenipotência específica sobre o ponto ou quais serão os ministros das relações exteriores que participem e obviamente não necessitam plenipotências para a subscrição do documento. A subscrição deste documento pelo menos dos onze países, por algum país-membro que não subscreva o acordo determina que não se modifica o acordo regional. Por conseguinte, automaticamente deixaria de ser um acordo regional e passaria a ser um acordo de alcance parcial. Como esse acordo de alcance parcial, este documento é insuficiente porque não estaria modificando nada, não há um acordo de alcance parcial com estes elementos de juízo. Por conseguinte, Senhor Presidente, reitero que esta situação do parágrafo obedece fundamentalmente a desconhecer se participariam exclusivamente da subscrição do acordo Ministros das Relações Exteriores ou se os Ministros seriam acompanhados de plenipotenciários que obviamente deveriam ter uma plenipotência específica.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, fundamentalmente, que o tratamento deste acordo deve ser enquadrado como um acordo regional. E nesse sentido deve merecer, diríamos, esgotar todas as possibilidades e considerações e não deixar-nos levar por alguma pressa ou suposta importância que pela importância que pode ter este documento sendo subscrito fora do âmbito e da competência deste recinto.

Então, Senhor Presidente, creio oportuno fixar posições e trabalhar no relacionado ao mesmo documento que pretendemos, creio no espírito de todos, seja de alcance regional.

O fato de tratar de vencer, salvar etapas para que a subscrição se realize na DEA ou no seio da OEA tal ou qual acontecimento, creio que podemos perder oportunidades que façam a mesma integração ou que, diríamos, apresente deficiências que devamos lamentar depois.

Continuando com a análise do mesmo documento, fora de alguns tópicos, pontualmente desejaria salientar o que tem a ver como país de menor desenvolvimento econômico relativo com a inserção de uma percentagem que qualifica o que denominamos comércio significativo, conceito que há anos já figura, diríamos, em vários documentos, inclusive no protocolo em vigor sobre a PTR já está o que é comércio significativo.



Naturalmente, entendíamos que para o México já tínhamos consenso e creio que ali foi tratada esta percentagem de 0,5 por cento.

No entanto, a título ou no espirito de esclarecer o que significaria, minha Representação deseja ressaltar o seguinte: a percentagem de 0,5 por cento ou uma percentagem de 2 por cento, de 10 por cento que se deseje dar ou 1 por dez mil, mormente, diríamos, a adoção de um ou outro se traduziria em algo concreto que creio e sempre devemos manter como coisa latente e viva de aprofundar e tornar efetiva a integração em todos os aspectos.

Não escapa ao ilustrado critério de todos os Senhores que quanto tratamos uma percentagem é muito possível que os produtos que pretendidamente seriam beneficiados de um novo tratamento preferencial já estejam melhor beneficiados em acordos bilaterais.

Então, não estamos buscando que cem por cento dos produtos que produzimos seja beneficiado de um tratamento preferencial. Essa preferência creio que se consegue, consta na experiência de todos os Senhores em que a bilateralidade está superando a multilateralidade e a regionalização, acima de tudo.

Entendíamos os países de menor desenvolvimento econômico relativo que a qualificação do produto significativo estava orientada a incentivar a produção de novos produtos nestes países como forma efetiva de inserção no processo de integração, em que a criação de novos itens estaria à expectativa de que seriam beneficiados. Quando uma produção seja objetivamente sensível, se beneficie com preferências e com mercados quase seguros. Mas, indo para 0,5 por cento -os Senhores conhecem o trabalho da Secretaria- não há mais produtos novos que possam entrar. Ou seja que não há nada mais que qualificar com produto sensível ou dar-lhes preferências adicionais, sem necionar que atrás estão as salvaguardas, as listas de exceções, etc.

Mas sim ressaltamos, defendemos isto, e creio que está no espirito dos Senhores, no sentido de que são atitudes positivas que refletem essa intenção de que a integração seja efetiva.

Por isso nossa Representação se faz eco e adere à posição do Equador, no sentido de que aprovemos este 0,5 por cento, que consideramos tinha sido superado para a reunião do México.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). No mesmo sentido que as Representações da Bolívia e do Equador, minha Representação também sugere e está a consideração das demais Representações que essa percentagem seja reduzida ou seja mantida em 0,5 por cento, por tudo o exposto pela Representação da Bolívia; e fazendo eco também a que o comércio significativo dos países de menor desenvolvimento, neste caso de meu país, os produtos tradicionais não poderiam já competir com uma percentagem mais elevada de dois por cento.



Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Quer-  
ria informar que com relação aos pleitos apresentados pelas  
Representações da Bolívia e do Paraguai, a minha Representação  
gostaria de manter o projeto de acordo 337, tal qual já foi  
negociado no México e que inclui uma posição de dois por cento  
para o comércio de produtos significativos neste projeto.  
Trata-se de um acordo que deve ser compreendido, digamos, como  
um pacote de negociações e de concessões de todas as partes,  
na medida que a própria inclusão do conceito de comércio  
significativo representa uma avanço já importante nos âmbitos  
anteriores de negociação.

Nós consideramos também que houve avanços na inclusão de  
um tratamento preferencial para os países de menor desenvolvi-  
mento relativo mediterrâneos e que me parecia que na reunião  
do Conselho de Ministros no México foram aprovadas duas reso-  
luções de interesse dos países de menor desenvolvimento econô-  
mico relativo.

Frente a este conjunto de acordos, frente a este pacote  
de concessões específicas, minha Representação não estaria em  
condições de mudar o texto que figura neste projeto 337.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Com  
relação à posição do Equador, foi demonstrado estatisticamente  
que a percentagem de 2 por cento realmente resulta inútil para  
os interesses de meu país. Demonstrei com documentos que  
somente haveria um produto que podia beneficiar-se dessa pre-  
ferência e, realmente, não estaríamos em possibilidade de  
aceitar essa percentagem.

E creio que, indo ao encontro do que diz o Senhor Repre-  
sentante do Brasil, no México houve já um ambiente amplamente  
favorável para 0,5 por cento, e precisamente invocando este  
pacote de negociação, lembrar-se-á que os dois projetos aos  
quais ele faz referência, foram significativamente diminuídos  
quanto a seus artigos, em prol de chegar a um consenso para  
0,5 por cento.

De tal maneira que reitero que a posição do Equador é  
essa e nós, como mínimo aceitável, não podemos chegar a uma  
concessão neste sentido. Ratifico que a posição de 0,5 por  
cento é única que nos merece um grau mínimo de aceitabilidade  
para que o documento concilie, equitativa e equilibradamente,  
os interesses dos onze países-membros.

PRESIDENTE. Alguma outra observação?

Se não há nenhuma outra observação, continuaremos a dis-  
cussão deste tema na próxima reunião -na quinta-feira- do  
Comitê de Representantes.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Per-  
dão, Senhor Presidente, para ter claro o panorama.

Evidentemente, aqui há um desacordo sobre o alcance da  
percentagem, a fixação de comércio significativo que, segundo



lembro, não tinha ficado definido no México. No México houve uma discussão entre duas margens, que era 0,5 por cento e 5 por cento, e o assunto não ficou dirimido. Agora há uma proposta argentina de fixação em 2 por cento e um pedido do Equador e da Bolívia, apoiado parcialmente pelo Paraguai, de diminuir essa percentagem. Voltaremos a reconsiderar esse ponto; inclusive vamos solicitar alguns esclarecimentos à Secretaria - não sei se é útil fazê-lo agora, para não dificultar um pouco o debate- sobre os itens que foram levados em consideração para o cálculo, porque na expressão "derivados do petróleo" me parece foram incluídos alguns produtos que aqui os técnicos entendem que talvez não deviam ter-se incluído. Mas, enfim, creio que é boa idéia deixar este ponto também para a próxima quinta-feira. No interim nós consultaremos a Secretaria sobre alguns aspectos técnicos que não temos claro. E consultaremos e pediremos instruções - embora nós tenhamos proposto 2 por cento, e logicamente, o mantemos- sobre se haveria alguma possibilidade de flexibilizar um pouco essa margem.

Agora, pergunto-me então, ao passar a outro tema, se significa que o único ponto deste texto apresentado pela Secretaria que está ainda em discussão é o de comércio significativo, além da nova proposta do México. Ou seja, que na quinta-feira, se esses dois pontos ficassem dirimidos, significaria que sobre os demais artigos já existe um acordo dos países. Então, nesse entendido, passaríamos, como o Senhor propõe, a outro ponto, se não houver mais observações.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Senhor Presidente, para pontualizar algo sobre as expressões da Representação argentina. Manifestamos e hoje o ratificamos, que vamos trazer à próxima reunião as instruções necessárias com relação a todo o texto deste anteprojeto.

Ainda não nos pronunciamos a respeito desse tema.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). No mesmo sentido da Representação do Uruguai, Senhor Presidente.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). No mesmo sentido, Senhor Presidente.

Representação da COLÔMBIA (Patricia Dávila de Navas). No mesmo sentido.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). No mesmo sentido.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). No mesmo sentido.

PRESIDENTE. Há um sentido unânime.

Então deixamos ali o tratamento deste tema e esperamos que todas as Representações possam ter instruções para a próxima reunião. Trata-se de um tema muito importante e como muitas Representações já se manifestaram seria conveniente ter o mais rapidamente possível algum tipo de acordo com todos.



Passaríamos ao ponto 4 -voltando a ele- sobre "Formação de grupos informais para o estudo de assuntos específicos" contido no documento 338.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, minha Representação manteve contatos informais sobre a constituição de grupos de trabalho com relação aos cinco pontos propostos no documento 338 e devo expressar que o resultado desses contatos não foi muito produtivo.

Os Representantes com quem nos conectamos ficaram em apresentar uma resposta próxima sobre o interesse que cada país tem em participar de cada um desses grupos, o mesmo que em assumir a tarefa de coordenação deles. Até o momento, além da Representação do Chile, que se manifestou favoravelmente em participar do grupo 2, sobre Conselhos Setoriais, nenhuma outra Representação manifestou sua preferência por um dos cinco grupos ou por assumir a tarefa de coordenação.

O que eu proponho e creio que seria factível de ser feito seria que fossem fixadas as reuniões para alguns desses grupos, pelo menos, e que os países pudessem participar em caráter aberto, e que se começasse a trabalhar sobre esses temas, para ver se podemos avançar um pouco mais nos trabalhos.

O Brasil se proporia coordenar alguns desses grupos - espero que nem todos, para não dar uma impressão de monopólio nessa tarefa de coordenação- mas com relação ao grupo sobre Conselhos Setoriais, que nos parece o mais urgente, o Brasil se proporia convocar uma reunião para esta tarde ou para amanhã; coordenaríamos esse grupo e temos até agora a participação do Chile. Gostaríamos de ter a participação de outros países, bem como a manifestação das demais Representações quanto ao eventual interesse em coordenar os grupos específicos e em participar de cada um deles.

Repito que poderíamos ter uma primeira reunião sobre Conselhos Setoriais já esta tarde ou amanhã, se não houver reunião deste Comitê, para o qual estão convidados todos os países-membros; e o Brasil assumiria a coordenação desse grupo.

Representação da COLÔMBIA (Patricia Dávila de Navas). Realmente, nós queremos expressar de novo nossa conformidade com este projeto dos grupos de trabalho.

Creio que em uma oportunidade anterior já tivemos ocasião de pronunciar-nos um pouco sobre a proposta apresentada pela Presidência, e nesse momento manifestamos a conveniência, a nossa maneira de ver, em que a colaboração e a participação da Secretaria-Geral seja contemplada de forma expressa. Isso, quanto a esse ponto.

Igualmente, desejaríamos reiterar que deveria deixar-se uma amplitude um pouco maior com relação aos prazos para os trabalhos destes grupos. Em alguns casos parecem-nos demasiado



poucos os quinze dias e isso poderia entorpecer mais que agilizar o funcionamento das comissões.

Em terceiro lugar, desejaria expressar que nossa Representação estaria interessada em participar de um grupo sobre a reunião dos Conselhos Setoriais e sobre o quinto grupo, o da regulamentação e modificação do Tratado de Montevideu.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, sobre as considerações gerais feitas a respeito do documento 338, que contém a conformação de grupos informais para o estudo de assuntos específicos me parece, depois das intervenções, que deveria haver um critério pragmático para tratar os temas. Consideramos muito construtivo, muito saudável, que o primeiro tema que se trate seja o referente à constituição de Conselhos Setoriais, o cumprimento da Resolução 21 do Conselho de Ministros. Ou seja, que já o Comitê comece a trabalhar sobre um dos temas substanciais aprovados pelo Conselho.

Por isso, Senhor Presidente, compartilhamos e estamos de acordo em que o Brasil presida este grupo.

Mas queremos insistir e coincidir com a Representação da Colômbia em que a Secretaria-Geral deveria preparar um documento de substância para iniciar o tratamento do tema. Consideramos, pela experiência do passado, que é difícil começar a tratá-lo com idéias-força das Representações. Deveria haver primeiro uma substância da Secretaria-Geral e, com base nessa substância da Secretaria-Geral, sem prejuízo da contribuição das Representações, iria sendo enriquecido o documento, que posteriormente seria conhecido no âmbito amplo do Comitê de Representantes.

Por isso, Senhor Presidente, pedimos que quando a substância esteja preparada pela Secretaria, se convoque esse grupo de trabalho.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Gostaria de informar a meus colegas que tendo feito contatos com a Secretaria tive um quadro de comparação das características de transporte sobre o Conselho de Turismo; um quadro no qual vão sendo relatadas as diferentes características e sua relação com este Comitê, sua convocação e os diferentes aspectos de seu funcionamento. Creio que este quadro poderia servir como uma primeira estrutura formal para, com base na Resolução 21, poderemos designar as características deste Conselho Setorial que tentamos guiar. Este quadro poderá ser distribuído pela Secretaria a todos os países interessados em participar desta reunião; e creio que poderia existir uma sala na ALADI a disposição dos países interessados para que esta tarde, às 16,00 horas, por exemplo, possamos reunir-nos e discutir com base neste quadro comparativo.





SECRETARIA (Mario Vacchino). Senhor Presidente, como um critério geral a Secretaria sugeriria aos Senhores Representantes que seja estabelecida uma data de constituição de cada um dos grupos de trabalho, e que nessa reunião constitutiva se estabeleça a frequência das reuniões, se serão na Secretaria, coisa que haveria disponibilidade, se procurássemos os horários adequados, e em cada uma destas reuniões a Secretaria estaria presente e iria fornecendo os elementos de substância, como manifestava a Representação do México.

Nesse sentido fizemos uma pequena elaboração da situação comparativa dos dois Conselhos existentes atualmente - o de Transporte e o de Turismo - e nessa mesma orientação poderíamos fornecer, na medida de nossas possibilidades, os diferentes materiais. Logicamente, nessa mesma reunião constitutiva poderíamos revisar se as datas previstas neste documento 338 são razoáveis ou não; algumas delas, como foi dito aqui, pareceriam demasiado exigentes nos prazos como para que pudéssemos chegar a conclusões realmente importantes.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, solicitaríamos à Representação do Brasil, se não tiver inconveniente, que nos permitisse conhecer os documentos preparados pela Secretaria-Geral porque, dessa maneira, digérimos essa documentação e quando tenhamos a reunião do grupo de trabalho poderemos contribuir e não estar conhecendo os documentos na mesa hoje de tarde. Se for possível, Senhor Presidente, convocar o grupo para amanhã, se a Representação do Brasil não tem inconveniente; hoje a Secretaria nos daria toda a substância, a identificaríamos, a estudariamos internamente nas Representações e amanhã estaríamos no grupo de trabalho.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, com relação à participação ou ao trabalho destes grupos, minha Representação deseja ressaltar seu desejo de trabalhar e participar o mais que se possa. Não fomos consultados pela Representação do Brasil, particularmente. Caso assim tivesse sido, teríamos manifestado o interesse que temos no trabalho destes grupos.

Nossa Representação compromete seu trabalho, embora sejamos menor número quanto a pessoas, mas vamos duplicar esforços para que, em qualquer caso, sempre os trabalhos deste Comitê sejam positivos.

Além de que novamente se deseje incluir-nos nestes grupos, temos particularmente interesse em trabalhar nos grupos de regulamento dos Conselhos Setoriais, da coordenação com outros organismos regionais, um temário prioritário para as reuniões previstas e já fazer um enfoque, como pretende certamente este grupo, da regulamentação e modificação do próprio Tratado de Montevideu.

Reiteramos, Senhor Presidente, nossa disposição ao trabalho e em horários -os aceitaremos- em que as Representações o definam.



Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, de um primeiro momento demos nosso pleno apoio à constituição destes grupos de trabalho e aos temas que cada um deles tratará.

Não obstante nossa Representação não tenha sido consultada, estamos dispostos a participar destes grupos e temos especial interesse nos pontos 2 e 5.

PRESIDENTE. Então, com relação ao ponto número 2, Regulamento dos Conselhos Setoriais, amanhã, de acordo à sugestão do México, a Secretaria poderia tomar as providências logisticas para definir o horário e o lugar, se for definido isto agora para que todos tenham conhecimento, e os que estivessem interessados em participar enviariam representantes.

Como ficou clara a idéia inicial, o trabalho destes grupos, que originalmente se pensou seriam três Representações, é um trabalho preliminar que vai ser, depois, encaminhado todo -pelas Representações antes de vir ao plenário. Por isso se trata somente de participar e querer participar de todos os trabalhos porque é uma coisa muito preliminar, é um levantamento que antes de vir ao plenário será dado a conhecimento de todas as Representações. Esse trabalho é apenas uma idéia prática de avançar nos trabalhos sem realmente contar com a presença de todos, levando em conta esse elemento transmitido pelo Senhor Representante do Equador e que todas as Representações não estejam com pessoal numeroso para participar de todas as reuniões. Essa é a idéia, muito flexível, e em um primeiro momento não compromissória.

Então, segundo informa Secretaria, o grupo sobre Regulamento dos Conselhos Setoriais se reunirá amanhã às 10,00 horas, na Sala C.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, a Secretaria estaria interessada em que de repente ficasse aberta a porta à possibilidade de constituir algum grupo sobre outros temas, sobre os quais temos também nossas preocupações e talvez a colaboração dos países poderia ser muito útil.

PRESIDENTE. Esses cinco grupos são iniciais. Há outros temas que não estão incluídos aqui. Evidentemente alguma delegação também talvez proponha a criação de algum grupo, e isso está aberto na Secretaria.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muñelo). Senhor Presidente, nos parece acertada a sugestão da Secretaria. Estamos dispostos a apoiá-la veementemente.

PRESIDENTE. Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

6. Convocação de uma reunião de Representantes Governamentais de Alto Nível para determinar as modalidades operacionais da Rodada de Negociações.

PRESIDENTE. Talvez a Secretaria pudesse introduzir esse tema.





SECRETARIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente, este tema, no qual algumas Representações têm evidente interesse, continua sendo para a Secretaria-Geral bastante informe e pouco concreto. E é muito importante que se pudesse chegar a precisar os termos nos quais deveria adiantar-se essa Rodada de Negociações. Uma Rodada de Negociações que, evidentemente, não se limitaria a aspectos simplesmente comerciais, como pudemos observar na reunião dos Chanceleres na cidade do México.

Então, é muito importante promover algumas reuniões intensivas de intercâmbio de opiniões em torno desta mesa. E justamente este ponto era um aos que me referia anteriormente.

Pensamos que sobre este ponto poderia estabelecer-se, também, um grupo de trabalho informal com a maior participação possível para poder extrair uma primeira aproximação sobre este tema, sobre o qual não existe uma clara identificação ou uma definição muito precisa por parte das diferentes Representações.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, consideramos muito realista o enfoque do Senhor Secretário-Geral. A verdade, Senhor Presidente, é que ali há, do nosso ponto de vista, alguns delineamentos que neste grupo de trabalho poderiam, um pouco, precisar-se a substância que teria essa agenda para a reunião de Alto Nível, que seria prévia à Rodada de Negociações resolvida pela Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

Nós, com muito prazer, Senhor Presidente, estamos com a melhor disposição de assistir ao grupo de trabalho que se convoque em breve; inclusive creio que um recurso é que as Representações examinassem internamente isto, e caso for possível, com algumas indicações de capitais, pudéssemos dar a substância para avançar no tema.

Representação da BOLIÍIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, apoiamos a sugestão da Secretaria-Geral no sentido de constituir previamente um grupo informal a fim de tratar de chegar a um acordo em algo que está no espírito e na mente de todos como é a Rodada de Negociações. Creio que pretendemos algo mas não encontramos ainda o fio da meada para poder desenvolver.

Este grupo de trabalho será muito salutar para que se possa apresentar já um esquema de trabalho.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, estamos de acordo com a idéia da Secretaria-Geral e participaremos nesse como em outro dos grupos que se estão formando.

PRESIDENTE. Com relação a este tema então, talvez, a Secretaria possa convocar esse grupo e informar os países que desejem participar.

A Secretaria, então, fixará a data da reunião e nela seria escolhido um coordenador.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, talvez a semana que vem poderíamos convocar esse grupo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muineló). Creio que esta reunião poderia ser colocada na agenda da segunda-feira para começar a semana ativamente.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, então convocaríamos esta reunião para a segunda-feira, na sala B, às 10,00 horas.

PRESIDENTE. Se não há outra sugestão sobre este ponto 6, passaríamos ao último ponto da agenda, "Outros assuntos".

7. Outros assuntos.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, no ponto "Outros assuntos" queríamos deixar alguma reflexão sobre o documento apresentado pela Secretaria-Geral, o documento ALADI/SEC/di 353 "Reuniões emanadas da Quinta Reunião do Conselho de Ministros a serem incorporadas no programa de atividades da Secretaria para 1990", no qual aparece uma data tentativa para a possível convocação.

Senhor Presidente, temos a impressão de que as datas mais próximas deveriam ser objeto, em prazo breve, de exame dos projetos possíveis de agendas para esses eventos, bem como a preparação de documentação básica, a fim de que as capitais tenham oportunamente conhecimento desta documentação.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Sobre esta mesma questão, Senhor Presidente, gostaria precisamente de fazer referência ao documento 353. E a reunião mais próxima desta data que nos está sendo fixada pela Secretaria é a do Conselho Assessor Empresarial, CASE, fixada especificamente para os dias 16 e 17 de julho próximos.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de saber da Secretaria se houve uma coordenação com a Presidência, que no caso é brasileira, deste Conselho para fixação desta data ou se haverá possibilidade de postergar a data, porque nos parece uma data muito próxima. E no mesmo sentido que foi expressado pelo Senhor Representante do México, nos pareceria que seria conveniente que os documentos preparatórios para esta reunião circulassem com a necessária antelação para que as capitais tomem conhecimento e para que nosso Comitê pudesse tomar conhecimento do grau de preparação dessas reuniões.

PRESIDENTE. A idéia da Presidência que submete a consideração do Comitê é que essas reuniões todas -nove reuniões- sejam transmitidas pelas Representações, em sua totalidade, a nossos países, para que nós tenhamos uma aprovação, em princípio, dos períodos, das datas e, a mais tranquilidade e já, evidentemente, avançando nessas duas primeiras: na reunião do CASE, na reunião do Conselho de Transporte e na reunião de especialistas em desenvolvimento científico e tecnológico, que são as mais próximas. Essa seria a idéia.





Gostaria de retomar a pergunta que fez a Representação do Brasil de saber se a Secretaria se contactou com a Presidência do CASE.

SECRETARIA (Mario Vacchino). Sim, a Secretaria estava neste momento fazendo essa gestão perante a Presidência do CASE e espera ter uma resposta de forma imediata. Em princípio era afirmativo o primeiro contato realizado.

PRESIDENTE. Talvez esteja um pouco próxima essa data.

SECRETARIA (Mario Vacchino). O mesmo, o Departamento respectivo atualmente está elaborando a agenda, como se tinha solicitado.

PRESIDENTE. A idéia seria que hoje, aqui, nesta reunião, nos fixássemos um prazo para obter a concordância dos países quanto a esse calendário. Não são temas controvertidos, porque todos eles foram aprovados pelos Ministros. Trata-se, apenas, de colocar datas, períodos para as reuniões; não estamos inventando nenhuma coisa que já não haja sido aprovada pelos Ministros. E poderíamos, dentro de duas semanas, talvez, obter uma indicação da maioria das Representações quanto a este calendário de reuniões.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, minha Representação queria saber um pouco como está funcionando o mecanismo para este caso da reunião do Conselho Assessor Empresarial, que não somente é importante senão que é a mais próxima e estamos vendo que de repente a data não é viável.

A consulta é feita pela Secretaria-Geral à Presidência do CASE, que está a cargo do Brasil? A Presidência entendo -e por favor, se estou equivocado solicitaria me corrijam- faz as consultas com as entidades de cúpula nacionais de cada país sobre essa data. Em função disso, das reações dessas entidades de cúpula nacionais, se conhece se há quorum, se há consenso ou não para reuni-las nessas datas, e essa informação volta ao Comitê que, segundo isso, convoca já sobre uma data certa, formaliza a convocação e a agenda. É assim o procedimento?

PRESIDENTE. Entendo que a Secretaria entra em contato com a Presidência do CASE e esta se comunica com os órgãos de cúpula regionais.

SECRETÁRIO-GERAL. Creio que o problema é de promoção, que nem o CASE nem a Secretaria podem fazê-lo sós. Devemos fazê-lo conjuntamente, para que não aconteça o de sempre: que não despertou grande interesse esta reunião.

A Secretaria empenhou-se em uma campanha de promoção país por país, mobilizando as entidades governamentais e as associações de cúpula dos industriais para que se crie um real interesse e possamos ter uma reunião com êxito.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, tendo em conta que esta primeira reunião do Conselho Assessor Empresarial está fixada para uma data bastan

te próxima e levando em conta que gostaríamos de que a mesma tivesse uma preparação adequada para que tivesse êxito, poderíamos propor, em lugar da data aqui apresentada neste documento 353, a data de uma semana posterior; ou seja os dias 23 e 24 de julho ou mesmo uma semana depois desta segunda data para os dias 1º e 2 de agosto, como forma de dar tempo adequado para a preparação de várias delegações nacionais assistentes a este segundo Conselho Empresarial.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, ou seja que a Representação do Brasil está propondo que seja mudada a data de convocação do CASE que estabeleceu a Secretaria-Geral, de 16 e 17 de julho para que seja em 23 e 25 de julho. É assim?

PRESIDENTE. É para facilitar as coisas. O Comitê já daria essa flexibilidade para uma semana seguinte ou quinze dias. Daria um pouco mais de tempo para essa divulgação que a Secretaria-Geral está fazendo e os próprios países também vão ajudar a fazer.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, registramos as datas alternativas que apresenta a Representação do Brasil com muito prazer e vamos comunicá-las a nossas autoridades.

Nós sim solicitaríamos, Senhor Presidente, que na ação que propõe a Secretaria-Geral para impulsar, para sensibilizar uma maior presença dos empresários nesta reunião, se comunicasse a nossa Representação qualquer ação que se fizesse já que nossas autoridades têm uma coordenação muito estreita com nosso setor empresarial.

PRESIDENTE. Então, tentativamente marcaríamos dentro de duas semanas. Seria recolocado na agenda do Comitê este tema para ver se já, pelo menos a maioria das representações tem instruções para aceitar essas datas. Em duas semanas voltaria à agenda. Não vamos dizer, mas voltariamos a discutir o tema.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, não creio que com a data fixada a reunião tenha êxito. Cremos que devemos dar-nos, sim, o tempo que indica o Brasil, 1º e 2 de agosto.

PRESIDENTE. Estou vendo que 1º de agosto é quarta-feira e 2 é quinta-feira. Talvez seria melhor fixá-la para 30 e 31 de agosto.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). No mesmo sentido da Representação da Venezuela. O que sim fica entendido é que as outras datas não serão modificadas e permanecerão exatas e somente assim se poderia fazer consulta às capitais.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, consideramos pragmática a idéia da Venezuela de consultar uma data só.

PRESIDENTE. Trinta e trinta e um.





Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, estaríamos de acordo.

PRESIDENTE. Então fica entendido que esse documento informativo 353 será elevado a consulta e dentro de duas semanas a Secretaria voltaria a incluí-lo na agenda para ver as possibilidades de aprová-lo. Nesse interim a Secretaria adiantaria os trabalhos para a agenda do CASE e das outras reuniões mais próximas do Conselho de Transporte.

Com esse entendimento, então, passaríamos a outro tema do ponto 7 "Outros assuntos".

Representação da BOLIvia (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, em coordenação com a Secretaria-Geral queremos informar que no mês de julho entre os dias 6 e 7 se realizará uma reunião sobre sementes, na cidade de Santa Cruz, Bolívia. Este evento, como lembrarão, é uma continuação do que se realizou aqui mesmo no mês de março passado.

Neste seminário, naturalmente, há alguns tópicos que são de especialistas, creio que não vale a pena que nesta oportunidade façamos uma exposição do mesmo, mas sim devemos entender que dentro das atividades da região e na política de integração também tem sua importância pelo que esta Representação além da gestão que faça a Secretaria Geral, enviará também a correspondente explicação em nota a todas as Representações, a informação, etc., e solicitamos a atenção, diríamos, das Representações para que também possam promover a nível de seus Governos de maneira que se alcancem os propósitos propostos neste seminário.

Isso é tudo, Senhor Presidente, obrigado.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, queria referir-me a um tema que nos toca muito de perto e que está vinculado com as negociações da Rodada Uruguai, no GATT. Dias passados a Secretaria tinha recebido um mandato genérico, e muito amplo, para acompanhar estas negociações e para enviar ao Comitê cada novo desenvolvimento significativo para nossos trabalhos. Cabe, então, recordar que essas negociações da Rodada Uruguai estão chegando a um ponto culminante neste mês de junho, quando o quadro global dos acordos a serem alcançados nos quinze grupos de negociação devem ter alguma conformação mais explícita e nos interessa, particularmente, tanto os grupos negociadores sobre tarifas como o grupo negociador sobre serviços. E gostaríamos, portanto, recordar este mandato genérico dado à Secretaria e que se trata de uma informação ao Comitê sobre eventuais resultados preliminares ou acordos que em princípio estejam sendo atingidos em Genebra e que possam repercutir sobre nossa Associação.

SECRETARIO-GERAL. Sobre este aspecto, Senhor Presidente, proximamente se realizará uma reunião de consulta latino-americana em Genebra, organizada pelo SELA. Obviamente estamos convidados, não vamos assistir, mas estamos em contato muito estreito com o SELA para que nos forneça toda a informação que dali possa resultar e que possa ser útil para nós.

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Em cumprimento do mandato do Comitê, no final desta semana ou no começo da outra o mais tardar, estaremos fazendo circular um documento informativo sobre a evolução da Rodada Uruguai. Sobre esse particular, desejo adiantar que do ponto de vista do impacto das negociações que se estão realizando no âmbito da Rodada o tema que deveria tratar-se com maior cuidado, em princípio, seria o referente à negociação de serviço, onde os países desenvolvidos não estariam em disposição de deixar aos países em vias de desenvolvimento a utilizar a cláusula 24 sobre as exceções aos acordos de integração. Por conseguinte haveria que refletir seriamente, em princípio, sobre o impacto que teria sobre a evolução do processo de integração regional, qualquer avanço no campo dos serviços porque eventualmente os benefícios que forem obtidos ou pactuados nos órgãos comunitários seriam automaticamente extensíveis a terceiros países.

No entanto, como tudo tem solução, todas as negociações têm sua exceção, temos um documento praticamente pronto para sua publicação, no qual não somente se informa sobre a evolução da Rodada Uruguai senão que, além disso, colocamos particular interesse em mostrar um quadro geral do que verdadeiramente significa o Acordo Geral, com a finalidade de ilustrar o leitor sobre a temática que se desenvolve nesse foro.

PRESIDENTE. Talvez a Secretaria pudesse, em coordenação com o SELA depois desta reunião de Genebra convidar o representante do SELA que assistiu a essa reunião para talvez conversar com o Comitê, para dar um resumo sobre todos os aspectos que têm incidências, têm conseqüências, ou que vão ter incidências sobre o comércio regional. Talvez se possa pensar se fosse útil.

Pergunto se há algum outro ponto a ser tratado em "Outros assuntos".

Representação do URUGUAI (Luis Bermúdez Alvarez). Outro assunto, Senhor Presidente, mas não menos importante.

Sendo esta nossa primeira sessão, depois das eleições efetuadas na República da Colômbia, queremos, na pessoa dos integrantes da Representação da Colômbia, transmitir nossas felicitações pela jornada que viveram os irmãos colombianos no domingo passado, dando mostra de exemplo claro de civismo e valentia. Por isso queremos trasladar nossas calorosas felicitações.

PRESIDENTE. A Presidência, creio expressá-lo em nome de todos, associa-se e transmite à Colômbia suas expressões de congratulações apresentadas pela Representação do Uruguai.

Representação da COLÔMBIA (Patricia Dávila de Navas). A Representação da Colômbia agradece essas manifestações.





Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Antes de finalizar esta sessão, desejaria exortar todos os Senhores Representantes e também minha Representação, para que consigamos as instruções para a quinta-feira próxima com relação ao tema do aprofundamento da PTR, porque realmente nos preocupa um pouco que o tempo continue transcorrendo e esse tema fique sem decidir. Creio que seria imprescindível que na quinta-feira pudesse ser definido.

Como expressou minha Representação, tanto no México como a posteriori, temos o maior interesse em avançar no processo de desgravação tarifária, que é um instrumento fundamental para a integração. Desejamos, logicamente, que esse instrumento seja regional. Nesse sentido, houve conversações com o Chanceler Cavallo, o Chanceler Solana e tenho entendido com outros Chanceleres, e todos faremos os máximos esforços para que seja regional.

Caso isso não aconteça, como meu país manifestou em repetidas oportunidades, se fará um acordo parcial com aqueles que estejam em condições de avançar. Nessa ordem de idéias, meu país apresentou alguns lineamentos sobre os quais a Secretaria apresentou um projeto de protocolo; e tinha-se falado sobre a conveniência de assinar um acordo regional ou parcial na semana próxima. Houve uma sugestão de que fosse em Assunção, sugestão que foi aceita por meu país e por outros, simplesmente porque se entendia que haveria ali uma reunião de muitos Chanceleres e que seria uma ocasião propícia para que o fato tivesse a suficiente repercussão. Creio que seja em Assunção ou em Montevideu, o que se impõe é que nós assinemos um acordo regional ou parcial no prazo mais breve possível.

Por isso creio que as únicas inovações que tem esse projeto de protocolo são algumas disposições transitórias mais a proposta do México. Os demais artigos foram discutidos até o cansaço, tanto em Montevideu como no México. Portanto, entendo que quando obtermos essas duas definições que faltam, já na quinta-feira teremos que estar em condições de dar término a este assunto e decidir quais dos onze países -talvez sejamos os onze- podemos ingressar em um sistema de maior aprofundamento.

Por isso insisto novamente em que seria necessário que esta semana tivéssemos uma definição total sobre esse projeto, para ver que países podemos avançar no processo na próxima semana, no prazo mais breve possível, preferentemente em Assunção, pelos motivos expostos, ou em Montevideu. Mas, repito que nos preocupa, conforme dissemos muitas vezes, que o tempo continue transcorrendo.

Tenho entendido que já existe acordo entre os Chanceleres e nós aqui, no Comitê, não logramos avançar com a mesma rapidez que seria desejável.

Representação da COLÔMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, nossa Representação deseja manifestar, a respeito da proposta da Representação da Argentina, que com-



preendemos claramente o interesse por impulsar este processo com a maior celeridade.

Nós podemos comprometer-nos -e assim o fazemos- a arrecadar as instruções sobre as últimas propostas, mas, naturalmente, está um pouco fora de nosso alcance poder garantir que as possamos ter para a próxima quinta-feira. Isso sim, faremos tudo o possível para se concretizem essas instruções para essa data. Mas, já que é uma decisão que escapa a nosso alcance imediato, não podemos garanti-lo.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). A intervenção da Senhora Representante da Argentina me permite fazer uma pequena observação sobre a versão revisada do documento 337.

Nossa Representação tinha realizado algumas consultas informais com a Representação da Argentina e com algumas outras Representações com relação à disposição transitória B).

Entendemos que tal como estão redigidas, em geral, as disposições transitórias em suas letras A), B) e C) e de acordo às observações que tínhamos feito na reunião anterior, esta nova redação é satisfatória.

Teríamos uma observação que deriva de instruções de nossa capital sobre a fixação da reunião de Alto Nivel para o mês de novembro.

Entre a última semana de novembro e a primeira de dezembro está programada uma Reunião de Cúpula de Presidentes andinos, que pelo geral este tipo de Cúpulas Presidenciais requerem de considerável esforço de preparação e de participação multissetorial em nossas capitais, incluídas as Chancelarias. De maneira que nossa proposta concretamente seria substituir o mês de novembro, seja pela primeira quinzena de dezembro, pelo fim do ano ou pelo final do segundo semestre do presente ano.

PRESIDENTE. Alguém deseja manifestar-se sobre a data?

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Minha Representação que propôs o mês de novembro, não tem nenhum inconveniente, se houver consenso para isso, em aceitar a modificação que propõe o Peru porque é uma proposta razoável, fundamentada, que implicaria correr por alguns dias a data de novembro, entendo para meados de dezembro. Ou seja, caso não haja nenhum inconveniente, nós apoiamos a proposta do Peru de que fique fixado para o último trimestre e que depois se possa fixar para meados de dezembro. Enfim, não fazemos questão porque seriam alguns dias de diferença por um motivo fundamentado.

PRESIDENTE. Melhor seria determinar já para meados de dezembro.





SECRETÁRIO-GERAL. Perdão, Senhor Presidente, em algumas observações feitas aqui, tinha sido dito, penso que validamente, que o mês de dezembro era difícil para fazer reuniões. Pelo menos tenho a experiência que em meu país no mês de dezembro geralmente tinham-se esgotado os orçamentos de ajudas de custo e de viagens e em dezembro era bastante difícil fazer reuniões.

PRESIDENTE. Deixamos em principio assim e depois examinamos.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, minha Representação compartilha totalmente da preocupação e da urgência mesma expressada pela Representação da Argentina com relação à possibilidade de que os países estejam efetivamente preparados para a próxima quinta-feira para concluir as negociações em relação à preferência tarifária regional.

Nós consideramos que este assunto já foi amplamente discutido, ficam muito poucos pontos em suspenso, entre eles os levantados pela Representação do Equador e os propostos pelo México.

Não obstante, nós queremos reiterar mais uma vez o interesse de nosso Governo em que este assunto seja conduzido a sua finalização no mais breve prazo possível, tal como foi tratado pelos Ministros na reunião do México.

Em segundo lugar, gostaria de que na próxima quinta-feira, inclusive em todas as demais reuniões deste Comitê, nós procurássemos começar os debates o mais próximo possível na hora estabelecida pela Presidência para que não insumamos muito tempo das demais Representações.

E, em último lugar, com relação ao tema levantado pela Representação do Peru, a nós nos pareceria melhor ter uma indicação dos países interessados com relação a essa reunião de cúpula do Pacto Andino, uma vez que o mês de novembro é suficientemente amplo como para celebrar duas reuniões e se se tem uma informação sobre a data dessa reunião que realizará o Pacto Andino se poderia manter o texto da letra B tal como está ou manter aberto, sem fixar em dezembro como era preocupação da Secretaria, para seu cumprimento neste ano.

Aproveitando que estou no uso da palavra, Senhor Presidente, eu gostaria de adiantar o teor de uma nota enviada por nossa Representação na tarde de ontem e que não pôde ingressar no ponto de "Assuntos em pauta" e que se refere à incorporação a nossa Representação junto à ALADI do Secretário Carlos Alberto den Hartog.

O Secretário den Hartog, que apesar de seu nome é totalmente brasileiro, está chegando de nossa Representação perante as Comunidades Econômicas Europeias e tem, portanto, ampla experiência nos dados de assuntos multilaterais com relação a negociações comerciais preferentemente, e outros aspectos da integração que todas as Representações também conhecem que são tratados em Bruxelas.



A nota foi enviada na tarde de ontem e possivelmente será distribuída em nossa próxima reunião, mas desde já, então, fica feita a apresentação de Carlos Alberto den Hartog.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Para responder a consulta feita pelo Representante do Brasil. O compromisso dos Presidentes andinos é de reunir-se na primeira semana de dezembro.

PRESIDENTE. Então não haveria problema em fazer a reunião em novembro, porque as datas não coincidem.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Nesse caso minha Representação faz uma reserva do prazo e vai consultar a capital. A proposta concreta era não fixar um período determinado e colocar no final do segundo semestre ou antes de fim do ano, mas não um compromisso, digamos, com um mês específico.

PRESIDENTE. Então, fica registrada a posição do Peru, mas se mantém a data de novembro com o entendimento de que o tema será levado em consideração à observação do Peru.

Representação da COLÔMBIA (Patricia Dávila de Navas). Nossa Representação entende que evidentemente existem ainda, sobre este projeto, alguns aspectos suscetíveis de maior aprofundamento, de maior análise para adquirir um consenso que permita subscrever o instrumento.

Não penso que estejamos agora nesta sessão de hoje em plano de revisar e expressar nossas observações. Então, simplesmente queria dizer que nossa Representação o reserva para uma próxima ocasião.

PRESIDENTE. Com relação à observação da Representação do Brasil, quanto aos horários. A Presidência faria mais uma vez uma exortação às Representações para que procurem manter, pelo menos, um nível de tolerância. A partir da próxima semana a Presidência procederá a suspender a reunião em caso de que os vinte minutos de tolerância não sejam cumpridos.

Não é justo que algumas Representações, alguns Chefes de Representação, estejam aqui pontualmente e outros os deixem esperando.

A Presidência, dentro do que está aceito pelo Comitê, manterá uma tolerância de vinte minutos à hora fixada para a reunião a partir da qual procederá a suspender a sessão; a partir da próxima quinta-feira.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, a Secretaria deseja informar que fizemos estreitos contatos com Representantes da Comunidade Européia continuando na direção dos temas que foram propostos já no Comitê, também com o PNUD para fazer as bases de um acordo, de um convênio de cooperação sobre o qual informaremos quando o tenhamos mais desenvolvidos e hoje mesmo recebi em meu escritório o Diretor do International Trade Center da UNCTAD-GATT de Genebra com quem estamos estudando



possibilidades de cooperação, especialmente no que se refere à promoção do comércio regional da informação mundial e do aspecto tecnológico.

Temos para informar também os resultados da presença do Doutor Juan Francisco Rojas, vamos fazê-lo cronologicamente, na reunião da CEPAL, na cidade de Caracas. Posteriormente o Doutor Cañete que acaba de chegar de Cancún da reunião de ALACAT e posteriormente tenho outro tema, Senhor Presidente, enquanto meus distintos colaboradores fazem sua apresentação.

Se o Senhor não dispõe outra coisa, o Doutor Juan Francisco Rojas poderia informar.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Desejaria agradecer a informação dada pelo Senhor Secretário-Geral sobre os contatos mantidos com agências internacionais ou de Governo sobre a possibilidade de convênios de cooperação.

Nesse sentido queríamos reiterar nosso interesse em que estes contatos preliminares ou de negociações com agências internacionais ou de Governo foram informados através da Comissão de Cooperação Técnica, que tem, de acordo com suas atribuições, uma série de atividades a desenvolver ou delineamentos que outorgar nesta matéria. Ou seja, não é uma política adequada que sejam celebradas negociações que depois sejam já consumadas e não se escute o Comitê, através da instância que se esboçou para esses efeitos.

Nesse sentido queríamos reiterar nosso interesse em que seja convocada, no prazo mais breve possível, a Comissão de Assistência Técnica, que entendemos que foi adiada por uma série de atividades prioritárias que foram desenvolvidas no âmbito da Associação, mas é útil sua convocação, e especialmente se houver negociações em andamento com estes organismos.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente, não esquecemos isso, está muito presente em nós. Talvez não estejamos ainda na fase propriamente negociadora à qual faz referência o Senhor Representante do Chile. Em seu momento o faremos e, evidentemente, é tempo já de convocar a Comissão correspondente, de Cooperação Técnica, talvez para a próxima semana, segundo sua sugestão.

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Com efeito, entre os dias 3 e 11 do mês de maio realizou-se em Caracas a vigésima terceira assembléia da Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe das Nações Unidas, cujo propósito fundamental foi discutir um documento apresentado pela Secretaria Executiva da Comissão denominado "Transformação produtiva com equidade".

Basicamente o documento se refere a uma proposta ou a uma nova estratégia de desenvolvimento baseada em experiências que atualmente estão vivendo os países da região sobre a transformação de seus aparelhos produtivos com base em programas de ajuste de curto prazo que estão conduzindo a uma



modificação estrutural, não somente da economia, mas também de aspectos sociais e que afetam também aspectos políticos que incidem diretamente sobre o desenvolvimento de cada um deles.

Este tema igualmente foi tratado juntamente com a temática relativa à dívida externa que, como todos sabemos, constituiu-se no elemento central de obstáculos para alcançar maiores níveis de crescimento. E, adicionalmente, discutiu-se, preliminarmente, a estratégia internacional de desenvolvimento para os anos 90, documento que está sendo distribuído em todo o sistema da Organização das Nações Unidas.

Como produto das deliberações dos Senhores Delegados, que certamente em sua etapa inicial foi realizada a nível ministerial, com alta representação de todos e cada um dos países-membros da Comissão, adotou-se uma resolução, mediante a qual é legitimado o documento apresentado pela Secretaria-Geral da CEPAL e no qual foi feita uma série de indicações básicas para o desenvolvimento, ficando ainda algumas - e isto é um comentário a título pessoal, estritamente- quanto às formas de distribuição de ingressos que deveriam implementar-se na região para obter essa equidade, que seria tão necessária para equiparar os custos sociais que se geram com os programas de ajustes que estão em prática em cada um dos países da região latino-americana e do Caribe.

Adicionalmente, nessa reunião da CEPAL foram discutidos outros temas vinculados ao sistema da CEPAL sobre os programas de trabalho do ILPE e do SELA. Igualmente, foram adotadas resoluções referentes ao tema da mulher no desenvolvimento econômico da região, no campo das drogas e no campo do meio ambiente.

Dutrossim, foi discutido amplamente o tema referente à cooperação técnica horizontal entre os países em vias de desenvolvimento e, finalmente, considerou-se concluído o dezênio internacional da água potável e o saneamento ambiental, tema este que embora não esteja relacionado diretamente com o processo de integração, sim teve uma incidência muito importante em muitos dos países-membros cujos níveis de desenvolvimento são bastante limitados neste momento, e que se refletem na área social neste campo com especial ênfase.

Igualmente, Senhor Presidente, tive a oportunidade de assistir à Reunião de Consulta entre o PNUD e a CEPAL, na qual foi revisada a documentação correspondente do ciclo de programação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, documento apresentado pelo ex-Chanceler do México, Bernardo Sepúlveda, no qual se fazia uma análise do desenvolvimento das atividades que tinham sido fixadas nesse terceiro ciclo e eram sugeridas linhas de ação para avançar no quarto ciclo de programação do PNUD. Estes temas são, na sua ordem, a luta contra a pobreza crítica, a modernização do Estado, a modernização do setor produtivo, o meio ambiente, dívida externa e o comércio exterior.

Como pode apreciar-se, Senhor Presidente, em ambas as reuniões - e nisto devo ser bem sincero e bem crítico- lamentavelmente o tema da integração econômica em nenhum momento foi



levado à mesa. Definitivamente, tenho a impressão, lamentavelmente, de que não obstante os reiterados apoios políticos recebidos das mais altas autoridades permanentemente, através de reuniões ou declarações bilaterais, o tema da integração econômica em nenhum dos dois foros aos quais tive oportunidade de assistir em Caracas, esteve presente. Isto me leva muito à reflexão -é uma reflexão estritamente pessoal-, porque entendo que estão acontecendo discordâncias internas nos países-membros em torno da temática da integração econômica.

Afortunadamente, tive ocasião de ter uma reunião muito longa com o Secretário-Geral da CEPAL. Havia alguns mal-entendidos com relação aos resultados de nossa reunião do México - foram esclarecidos devidamente- e lamentavelmente não houve oportunidade de dirigir-se, ora no Comitê número um, onde se discutia a temática referente à transformação produtiva, ora no Plenário de Ministros, para informar adequadamente sobre os resultados, porquanto os países em nenhum momento manifestavam um interesse aberto sobre a temática integração, não obstante ter sido esse tema incorporado no documento apresentado para a consideração da CEPAL.

Senhor Presidente, esse é o resultado da visita que fiz. A documentação está a disposição na Secretaria. Penso que a contribuição da CEPAL neste momento parece ser bem interessante; novamente fizeram uma contribuição bastante adequada, na minha opinião, sobre as tendências políticas, sociais e econômicas e as contradições que estão se verificando no interior de cada uma das sociedades na região para fazer uma proposta bastante exata sobre os novos lineamentos do desenvolvimento que deve levar a América Latina. Isso é tudo.

- Nona reunião da Associação Latino-Americana de Carregadores e Transportadores.

SUBSECRETÁRIO (Jorge Cañete Arce). Senhor Presidente, Senhores Representantes, tive ocasião de assistir à nona reunião de ALACAT; é uma associação de empresas privadas de serviços, que significasse Associação Latino-Americana de Carregadores e Transportadores. É uma organização privada muito ativa e, quando da realização de suas reuniões anuais de assembleias, realizam foros, desenvolvendo temas de interesse não somente para essa Associação senão em geral para o processo de integração no qual estamos dedicados.

Inicialmente tinha sido convidado para esta reunião, para atuar como dissertador, o anterior Secretário-Geral, Contador Bertaina. Frente à retirada do Contador Bertaina, foi convidado também o novo Secretário-Geral, Doutor Ordóñez, e finalmente recaiu na minha pessoa a representação da Secretaria-Geral da ALADI.

O tema principal no qual tivemos uma atuação é o referente à integração econômica dos anos 90 da América Latina e do Caribe, onde atuou como expositor o Doutor Carlos Pérez del Castillo, Secretário-Geral do SELA, e como dissertadores o Senhor Héctor Maldonado, Representante da JUNAC, do Acordo de Cartagena e eu pela ALADI.



O Doutor Pérez del Castillo fez uma exposição bastante medida sobre o processo de integração de nossa América Latina, como se veio desenvolvendo, os inconvenientes que tem enfrentado e os aspectos positivos que podem ser destacados.

Mencionou, também, alguns estudos que o SELA está fazendo em benefício do processo de integração e referiu-se, especificamente, a alguns temas que também estão sendo tratados aqui na Secretaria-Geral da ALADI.

Na minha intervenção, como integrante do painel, fiz um breve comentário sobre a exposição do Doutor Pérez del Castillo. Indiquei os novos lineamentos que estão sendo adotados na ALADI a partir do Conselho de Ministros celebrado no México. Destaquei alguns dos pontos principais e as novas responsabilidades que estamos assumindo, respondendo, diria, um pouco indiretamente a alguns dos aspectos que tinham sido indicados como fatores positivos e como fatores negativos, e quais são os instrumentos que estão sendo adotados para ir superando este tipo de situação.

Manifestei também a preocupação que temos como Secretaria-Geral da ALADI no sentido do tratamento de alguns temas e, principalmente, de que alguns estudos que se efetuam em nosso âmbito, estão sendo repetidos por outros organismos internacionais. Por exemplo, encontramos que no âmbito do SELA estão sendo feitos estudos sobre transporte; estudos sobre sementes para buscar eventuais acordos e também sobre a possibilidade de complementar, de harmonizar o tratamento das normas fitossanitárias para os produtos agropecuários, atividades nas quais também a Secretaria-Geral está desenvolvendo estudos. Inclusive, temos em processo alguns projetos de acordos de alcance parcial nesta matéria.

Manifestamos, naquele momento, que era conveniente, do nosso ponto de vista, que nossos organismos efetuassem encontros e coordenassem seu trabalho para buscar linhas de complementação em lugar de linhas de superposição de esforços.

Extratamos em um papel uma parte muito sintética da minha intervenção que foi distribuída às Representações para que tomem conhecimento do que diz. Ao finalizar esta dissertação, logicamente, houver muitas perguntas tanto para o dissertante quanto para os integrantes do painel, solicitando informação sobre o que nossos respectivos organismos estão tendo no processo.

Salientou-se, também, a ênfase que hoje em dia está sendo colocada na necessidade de que cada vez haja uma participação mais ativa dos operadores econômicos, ou seja, do setor empresarial. Manifestamos que em nossa organização está incluída uma entidade, como o CASE, que estava mencionando há poucos minutos, que trata de canalizar as preocupações do setor empresarial de nossos países para tomar contato e a coordenação que puder existir com nossa Associação entre os setores público e privado.



Ao finalizar esta audiência fomos abordados por jornalistas que nos fizeram muitas perguntas sobre o acontecido no México, sobre o que está fazendo a ALADI, se houver fracassos ou êxitos nas ações da ALADI, temas estes que tratamos de responder com a máxima prudência possível e com a máxima objetividade.

Pude apreciar que estas declarações que tivemos que fazer foram recolhidas pela imprensa internacional, inclusive, porquanto aqui em nosso departamento de imprensa já há um comunicado de EFE onde assinala algumas das declarações que tínhamos feito naquele momento.

Isto é um pouco em síntese, Senhor Presidente, nossa declaração.

Devo salientar, finalmente, também, que a nossa participação em ALACAT foi financiada pela mesma organização. Ou seja que nos pagaram a passagem e o hotel. De maneira que o custo para a Secretaria-Geral foi mínimo. A próxima reunião desta instituição vai ser feita aqui, no Uruguai, em Punta del Este, e logicamente já estão buscando a cooperação da Secretaria-Geral para o desenvolvimento de determinadas ações neste mesmo sentido; organizar painéis ou seminários, ou o que for.

Isso é tudo, Senhor Presidente.

Representação do MÉXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, agradecemos ao Subsecretário Cañete e ao Doutor Rojas as informações fornecidas e creio que os resultados são frutíferos.

Senhor Presidente, de acordo com as exposições verifica-se uma ausência de coordenação entre os organismos regionais e uma duplicidade de funções.

Senhor Presidente, levando em conta que nossa Associação está criando um grupo de trabalho referente à coordenação com outros organismos regionais, estes antecedentes deveriam ser proporcionados ao mesmo para iniciar uma estratégia de coordenação com os organismos nas ações que realizamos e as que realizam essas entidades.

Por outro lado, Senhor Presidente, com isto deveríamos já também impulsar o cumprimento da Resolução 22 (V) acordada pelo Conselho de Ministros sobre lineamentos programáticos para o triênio 90-92 já que no artigo dezesseis por exemplo, menciona-se o "fortalecimento dos vínculos operacionais com os principais organismos latino-americanos". E aplicando este enunciado, Senhor Presidente, à preocupação que corretamente expressa o Doutor Rojas.

Representação da BOLÍVIA (René Mariaca Valdez). Senhor Presidente, agradecemos a informação do Doutor Rojas e do Doutor Cañete, especialmente ao Doutor Cañete que nos apresentou um resumo escrito que sempre no futuro nos servirá.





Desejaria solicitar à Secretaria, se for possível, distribua fotocópia de uma transcrição do discurso de Rosenthal sobre a transformação produtiva com equidade que é uma posição, digamos, da CEPAL perante o modelo neoliberal que está em vigor e que está de moda principalmente em muitos países, particularmente no nosso. Creio que vai fornecer elementos de juízo também para ver que oportunidades ou opções podem apresentar-se.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, sobre o ponto levantado pelo Senhor Representante do México, a reunião de Chanceleres do SELA, realizada em Cartagena no ano passado deu um mandato ao SELA para fazer um inventário das organizações regionais e internacionais às quais pertencia a grande maioria de todos nossos países. Inicialmente foi apresentada uma cifra exagerada, falava-se de trezentas organizações que não creio sejam tantas, governamentais e não governamentais, e o SELA encontra-se neste momento fazendo esse estudo.

Justamente, isto é o que devemos fazer nós agora sobre a coordenação que deve existir entre as diferentes organizações tarefa que deveremos fazer com o SELA. E eles adiantaram bastante a esse respeito.

PRESIDENTE. Falando sobre a coordenação, a Presidência tinha sugerido a constituição desse grupo de trabalho não somente porque está mencionado na Resolução do Conselho de Ministros mas também porque dentro do trabalho que foi feito, preparatório da reunião do Conselho de Ministros, a Representação do Brasil verificou que existe uma Resolução do Segundo Conselho de Ministros, a Resolução 9, de 27 de abril de 1984 -essa preocupação não é nova, portanto, onde diz que "o Comitê de Representantes adotará as medidas que considere necessárias para estar permanentemente informado do tratamento, em outros foros regionais e internacionais, dos temas de competência da Associação, a fim de adotar as ações necessárias para garantir a maior coerência e coordenação entre as instituições...".

Justamente, a idéia desse grupo de trabalho é que o Comitê de Representantes -essa decisão foi adotada pelos Ministros desde 84 e não foi implementada- tome alguma decisão de encomendar à Secretaria que atue de determinada maneira para cumprir com o que já estava determinado desde 84 e que, pelo que eu sei nada aconteceu. Desde 84 até o momento não conheço nenhuma decisão do Comitê de Representantes cumprindo o que foi aprovado pelos Ministros. Como existe essa outra Resolução, a idéia era exatamente essa. Creio que o Comitê deve pronunciar-se de alguma maneira, dando instruções à Secretaria para que sejam coordenadas determinadas áreas, cumprindo Resoluções anteriores.

- Celebração da primeira década da subscrição do Tratado de Montevideu.

SECRETÁRIO-GERAL. Um último tema que queremos apresentar, Senhor Presidente, e que consideramos de grande importância, tem a ver com a celebração da primeira década da subscrição do Tratado de Montevideu 1980 no próximo mês de agosto.



Surgiu uma idéia, concretamente do Senhor Presidente do Comitê, no sentido de que se realize um Seminário, de muito curta duração mas de muito alto nível, aqui, em nossa sede. Os outros seminários que já estão programados realmente não têm o nível que nós desejaríamos para que servissem de âmbito para esta celebração; entre outras coisas, alguns tiveram que ser adiados por diferentes motivos.

Este seminário teria um âmbito suficiente como para que pudéssemos contar com expositores tais como o Secretário do SELA, em uma Conferência, como o Secretário da CEPAL, em outra conferência; como o próprio Secretário da ALADI, em outra conferência e com alguns integrantes do painel de muito alto nível, de tal maneira que se pudesse contar com a presença também de pessoas muito ilustres de nossos países, que de boa vontade pudessem acompanhar-nos nesta ocasião. E que servisse de marco suficiente para que o Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai pudesse assistir, à inauguração ou à clausura e, obviamente, a um ato social que desejaríamos pudesse ser realizado. Obviamente, também, contando com a presença do Senhor Ministro Gros Espiell.

Sobre este particular talvez valeria a pena escutar seus comentários, Senhor Presidente, tendo sido iniciativa sua e que nós, como Secretaria, a recolhemos com muito entusiasmo e com muito interesse.

PRESIDENTE. A idéia -rapidamente- era aproveitar o décimo aniversário do Tratado de Montevideu e conjugar com o décimo quinto aniversário do INTAL; e aproveitando a presença em Buenos Aires e aqui em Montevideu de personalidades relacionadas com o processo de integração. Estamos pensando que poderiam ser convidados a CEPAL, o SELA, o BID, o INTAL, a OEA e o PNUD, como organismos regionais que se fariam, se for possível, representar em seu nível mais alto. Pretendíamos também convidar pessoas representativas da maioria dos países, se não de todos os países aqui presentes. A idéia seria comprimir isso em três sessões. Em um dia seria a abertura formal, solene; pela tarde uma sessão de trabalho, em que haveria dois temas: "Europa 92 e as repercussões sobre a América Latina" e o outro "Os acordos Canadá-Estados Unidos e a América Latina". Este painel discutiria, portanto, esses dois temas: as repercussões sobre o comércio regional dos acordos da Comunidade e os acordos Estados Unidos-Canadá.

Na manhã do dia seguinte fariamos uma sessão retrospectiva: os trinta anos de negociação da integração; um exame crítico. E ali a CEPAL apresentaria um papel. Consideraríamos todo esse período: o primeiro Tratado de Montevideu até agora, trinta anos; um exame crítico. E pela tarde, para finalizar, uma visão prospectiva: as perspectivas do aproveitamento do mercado regional e a ALADI na década de 90.

A idéia seria que participassem alguns empresários, alguns funcionários governamentais que tiveram ou estão tendo experiência no processo de negociação. A idéia não era fazer um seminário acadêmico mais, em que seriam repetidos todos os conceitos que todos nós já conhecemos suficientemente pelas



leituras das revistas especializadas. A idéia seria dar um sentido prático e ali incluir os funcionários que têm experiência de Governo e os empresários, tanto na parte crítica como na parte prospectiva. A idéia seria basicamente essa. Seria feito com um custo muito baixo porque a idéia seria convidar pessoas que viriam por seus próprios meios. Os "papers" seriam feitos, um pelo Secretário-Executivo do SELA, outro pela CEPAL e um terceiro seria feito pela Secretaria, sem que significasse maior custo.

Creio que com um custo mais baixo poderíamos fazer alguma coisa que desse repercussão aos dez anos do Tratado de Montevideu.

A idéia seria, em princípio, realizar esse seminário em agosto, os dias 13 e 14. No dia 14 de agosto o INTAL faz seu seminário e algumas pessoas que participariam da abertura aqui poderiam trasladar-se a Buenos Aires e participariam dos dois eventos.

Esta, de modo muito geral, seriam os lineamentos desse seminário, cujo objetivo básico é projetar a Associação, é dar repercussão ao Tratado de Montevideu com pessoas, com funcionários e com empresários de realce, de renome em nossos países, para que o evento efetivamente tenha repercussão em cada um de nossos países.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, igualmente, pessoalmente tenho a idéia de cunhar uma moeda de bronze, ou de um metal não muito nobre, por motivo da celebração deste aniversário, e procuraria que alguma empresa as doasse, para que não comecem a existir preocupações muito grandes pelo lado do orçamento. Mas creio que esta oportunidade deve ser explorada, porque a integração é um produto que deve ser vendido e que deve ser vendido em relações públicas.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Senhor Presidente, considero que poderia incluir-se ali um ponto sobre o papel da imprensa no processo de integração e convidar os principais diretores de jornais da área para que divulguem, dando a eles a relação do tema "o papel da imprensa no processo" e convidar os principais órgãos de difusão. Porque a verdade é que a difusão que está sendo dada ao processo, salvo aqui no Uruguai, e no México devido ao Quinto Conselho, é absolutamente insuficiente. Por isso me parece que poderia explorar-se um pouco essa possibilidade, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tanto no segundo como no terceiro painel, tanto na crítica como na prospectiva, poderemos incluir jornalistas para que façam a crítica da não participação da imprensa e por que não houve participação e como poderá haver participação da imprensa daqui em diante.

SECRETARIO-GERAL. O Senhor Representante do Chile tem toda a razão. Nós tínhamos previsto dentro deste programa fazer uma campanha muito intensiva em matéria de imprensa. Mas talvez uma Conferência, um papel sobre a missão da comunicação seria interessante.



Com a Comunidade estamos neste momento em conversações, tema que proporemos à Comissão de Cooperação, a utilização de uma rede de informação, de comunicações que a Comunidade vai estabelecer aqui, em Montevidéu, para divulgar, eles, todos os assuntos de interesse da Comunidade na América Latina; vai ser o ponto focal. Eles vão ter dois pontos focais: Caracas e Montevidéu, de toda sua informação e estão oferecendo seu ponto focal para divulgar também todos nossos assuntos de interesse para toda a América Latina e inclusive para Europa e vice-versa; que aqui possamos recolher a informação que vem de nossos países para aqui e também possa divulgar-se.

Mas creio, Senhor Presidente, que sim deveríamos deixar aberta a possibilidade de que fossem efetuadas outras conferências. Eu, por exemplo, tenho a solicitação do Diretor do PNUD, o Doutor Augusto Ramirez Ocampo, para fazer uma intervenção e talvez seria preferível ter mais algumas conferências e não tanto debates abertos que talvez não seriam tão produtivos. Vamos pontualizar mais o programa e se aqui o Comitê nos dá a luz verde já podemos começar a trabalhar.

PRESIDENTE. Com relação ao problema de divulgação a Presidência manteve contatos com a Secretaria-Geral e creio que proximamente o Comitê deverá ter informação e discutir de alguma maneira a modificação, ampliação, dos trabalhos, a esse respeito. Temos mantido conversações e a Secretaria-Geral está preocupada com isso e vai na linha da preocupação do Senhor Representante do Chile, e alguma, exatamente, vai sair.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Senhor Presidente, agradeceríamos, se for possível, à Secretaria-Geral que disto que está sendo esboçado, que está sendo concretizado, pudesse ser elaborado um documento, como disse o Senhor Secretário-Geral, já com aspectos mais pontuais quando os tiver prontos, para distribuir às Representações e que as capitais conheçam a situação.

PRESIDENTE. A Presidência entende que a Secretaria deve manter informado o Comitê sobre esse objetivo; no futuro continuará tendo informado o Comitê sobre as medidas que está tomando para a realização deste seminário. O que tenho entendido é que a Secretaria estava submetendo ao Comitê a idéia, em princípio, de que o Comitê esteja de acordo em que seja feito um evento importante por ocasião da comemoração do aniversário da subscrição do Tratado. Nesse sentido creio que não haveria inconveniente em que continuassem os trabalhos de organização do mesmo.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Desejaria recordar à Presidência o manifestado por nossa Representação no sentido dos selos postais em comemoração da primeira década da ALADI. Estamos esperando resposta da Secretaria-Geral para que possamos transmitir a nossas autoridades.

PRESIDENTE. Se alguma Representação tiver alguma informação sobre isso. A Representação do Brasil já tem informação e enviará à Secretaria-Geral as providências que estão sendo adotadas no Brasil.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, sobre esse tema em um intercâmbio de opiniões que houve no Comitê considerou-se que do Comitê não deveria sair nenhum acordo, nem resolução, simplesmente um acordo positivo, uma aceitação por parte de todos para que aqueles que possam impulsar a emissão de selos postais assim fizessem. De maneira que, realmente, não deve esperar-se nada mais sobre o particular.

Se é necessária alguma informação sobre a ALADI ou que enviemos o logotipo da ALADI, não vejo outra coisa que se possa fazer.

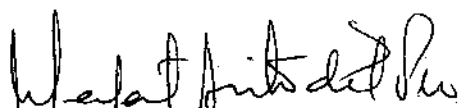
PRESIDENTE. Bem, se não houver outro ponto.

SECRETARIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente, desejaria comentar-lhes aos distintos Embaixadores que fui convidado pelo Secretário-Geral da OEA de forma muito encarecida, porque primeiro me fez o convite de forma pessoal e depois me enviou uma comunicação para assistir à Assembléia em Assunção e considereei que o fato do país estar muito perto não significa demasiados custos, que é muito útil para a Secretaria estar presente. De qualquer maneira a integração é parte dos programas da OEA.

PRESIDENTE. Se não houver nenhum outro ponto, fica encerrada a sessão e convoca-se o Comitê para a próxima quinta-feira às 10,00 horas com vinte minutos de tolerância.



ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL

  
Dra. Margarita Brito del Pino  
Asesor Jurídico